

A exploração do amor

Uma re-leitura de Cantares

INTRODUÇÃO

Cantares tem sido um dos livros mais “explorados” das Escrituras. Sua temática, o amor apaixonado entre homem e mulher, foi considerada – muitas vezes na história da interpretação do livro – indigna e carnal. Daí, as fortes correntes de interpretação alegórica, tipológica e simbólica dessa coleção de poemas de amor.

Não é intenção deste artigo historiar criticamente a interpretação de Cantares. É, sim, reler alguns aspectos de sua compreensão do amor, a partir de uma ótica crítica em relação a comportamentos, valores e idéias socialmente aceitos no tocante ao amor entre homem e mulher. Partimos da premissa de que a visão do amor erótico, exposta em Cantares, expressa uma bela e santa compreensão do relacionamento erótico entre homem e mulher. Compreensão esta que deve orientar a nossa própria compreensão e prática amorosas.

Partimos também da premissa de que o amor tem sido, em nosso mundo moderno, objeto de exploração, a partir de diferentes grupos sociais e perspectivas ideológico-culturais. Exploração que tem desumanizado o amor erótico, ora reduzindo-o a mais uma mercadoria, ora transformando-o em pecado, ora descaracterizando-o através de sua “des-erotização”, ou “hiper-erotização”. É parte integrante desta re-leitura, ainda, a percepção de que as Igrejas cristãs participam – ativas e decididas – de diferentes formas de exploração do amor. Pecado este do qual precisamos nos redimir, e passar a caminhar rumo a uma práxis que libere as potencialidades libertadoras e humanizadoras do amor.

Por “exploração” do amor entendemos a sujeição do amor a lógicas opressoras, cujo efeito é a desumanização do divino dom da paixão. Destacaremos cinco lógicas opressoras: 1) a econômica, que reduz o amor a mercadora, e a mulher, especialmente, a objeto sexual do macho; 2) a política, que instaura a censura, negando a sexualidade, impedindo sua compreensão e interditando sua prática; 3) a sexológica, que reduz o amor à técnica orgásmica, desvinculando a

relação sexual do relacionamento amoroso; 4) a ética, que entende o amor como mero instrumento a serviço de um fim sublime: a procriação; e 5) a religiosa, que nega a eroticidade do amor, desgenitaliza-o, e o coloca em posição inferior na hierarquia da espiritualidade.

A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO AMOR-MERCADORIA

Já à época da escrita dos Cantares, o amor era submetido à necessidade econômica e à regulação da estrutura de parentesco. A mulher era moeda de troca entre famílias, sendo o casamento, muitas vezes, um excelente negócio para o pai ou para o irmão da noiva. A mulher-amante, personagem principal dos poemas de Cantares, mais de uma vez expõe a sua opressão: “os filhos da minha mãe se voltaram contra mim, me obrigaram a guardar as vinhas, e a minha vinha, a minha... eu não a pude guardar” (1,6); “nossa irmã é pequeninha e ainda não tem seios. Que faremos à nossa irmãzinha, quando vierem pedi-la?” (8,8). “Salomão tinha uma vinha em Baal-Hamom: deu a vinha aos meeiros, e do fruto dela cada um lhe traz mil moedas de prata. Minha vinha é só minha” (8,11-12a).

Nestes textos, a “vinha” é símbolo da mulher, como sujeito de sua própria sexualidade e eroticidade. Ela revolta-se contra a prática, culturalmente aceita, da negação da autonomia amorosa da mulher, sujeitada aos interesses econômicos de sua família. Declara sua liberdade, sua autonomia, afirma-se ser dona e senhora de sua própria “vinha”, não submetida aos interesses de seus irmãos, nem passível de apropriação “tributária” pelo Estado.

Nas sociedades capitalistas, onde predomina a lógica do mercado, a exploração econômica do amor é ainda mais intensa e difusa. Se já passou a época de terceiros decidirem o destino conjugal da mulher, a redução da mulher a mercadoria sexual é um fenômeno real e muito mais violento. Não bastasse a objetificação da mulher pelo machismo, a lógica do mercado reduziu o amor a mercadoria, cujo consumo é estimulado e direcionado pela publicidade e marketing.

Ao transformar o amor em mercadoria, a lógica opressora do pecado faz do corpo humano mero produto, objeto de compra e venda no mercado “livre”. Essa coisificação do corpo humano reforça o auto-erotismo machista que, conforme E. Dussel, se define como “a *práxis* opressora que leva a carne alheia a ser uma mera *coisa*, *instrumento*, *objeto* sexual. Alienar o Outro é não desejar a realização de seu desejo, mas somente o próprio prazer através do Outro usado como *meio-para*. E assim a mulher é ‘lançada’ (*jecta*) ‘diante’ (*ob-*) ou ‘debaixo’ (*sub-*) como objeto sexual do varão. Do Outro livre e na justiça, a mulher se transforma em *algo* ‘à disposição de’ a fim de realizar o dever conjugal” (*Para uma ética da libertação latino-americana*, III, p. 141-142).

Como subprodutos dessa coisificação, são reforçadas a prostituição, a pornografia, a homossexualidade. Na prostituição e na pornografia, o elemento comercial é claramente visível, embora a hipócrita moral da sociedade dita “cristã” condene apenas a mulher prostituída. Não existe, na moral convencional, a figura do prostituto, aquele que cria a demanda e compra os serviços sexuais da mulher, duplamente coisificada. Pelo contrário, o consumo da mulher prostituída é valorizado socialmente, desde a afirmação machista da “primeira

relação” do filho-macho até o lucro advindo da “intermediação” dos serviços da mulher.

Corpo-mercadoria, não mais realiza o amor erótico como o encontro face-a-face de duas pessoas livres e libertadoras. O amor é des-personalizado, tornado sem sentido, desvestido de sua qualidade transcendente. Imerso, assim, na lógica econômica do mercado, o amor é desvinculado da relação sexual (e vice-versa), produzindo o que V. Frankl chamou de *inflação* sexual: “Não pode haver negócio bem-sucedido a menos que haja uma substancial demanda que ele possa suprir. Em nossa cultura atual estamos testemunhando o que se pode chamar de inflação sexual. Isto é compreensível somente a partir do pano de fundo mais amplo do vácuo existencial e do fato que o homem, não mais regido por impulsos e instintos que ele deve satisfazer, nem por tradições e valores que ele deveria cumprir, agora, freqüentemente, não mais sabe sequer o que deseja fazer” (*The Unheard Cry for Meaning*, p. 82).

A libertação do amor poderá, por sua vez, ser caminho para a plena libertação humana – na direção do reencontro com o sentido da vida, do preenchimento do vazio existencial moderno. Libertar o amor significa re-personalizá-lo, re-erotizá-lo; de modo que homem e mulher reencontrem sua dignidade de imagem e semelhança de Deus (como macho-fêmea). Reencontrada a sua dignidade, homem e mulher, juntos, poderão superar a força da lógica coisificada do mercado, construir uma nova relação macho-fêmea e avançar na construção da nova sociedade, humanizada, plena de justiça e amor-eros.

Superada a exploração econômica do amor, homem e mulher voltarão a se encontrar como pessoas, ambos sujeitos de sua própria história e destino. Autônomos e complementares, sujeitos apenas à vontade do Deus da vida, homem e mulher reinventarão o amor, e a poesia de Cantares será verdade concreta na relação erótica pós-capitalista: “Minha vinha é só minha!”

A EXPLORAÇÃO POLÍTICA DO AMOR

Se à época de Cantares havia uma estreita vinculação entre poder político e poder econômico, baseada na expropriação tributária, hoje as relações entre poder político e econômico são de natureza diferente. Ambos ainda estão estreitamente vinculados, especialmente se repararmos o quanto a economia “rege” os interesses e as ações “políticas”. Isto repercute, também, na exploração do amor, pois há vínculos entre a lógica opressora econômica e a lógica opressora política. Entretanto, quero destacar nesta re-leitura um aspecto hoje crucial da opressão política: o controle da informação.

A que objetivos serve o controle da informação na área do amor-eroticamente-realizado? Baseamo-nos na penetrante análise de M. Foucault: “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo” (*História da sexualidade*, vol. 1: *A vontade de saber*, p. 131).

O controle da informação, portanto, visa garantir que o detentor de poder possa *controlar* a vida dos que lhe são sujeitos. Na área do amor, é preciso perceber que os detentores de poder são múltiplos agentes, não podendo a análise recair exclusivamente sobre o Estado, por exemplo. Em nosso caso particular, detenho-me na descrição da “censura”, como uma forma eficiente de os múltiplos agentes do poder realizarem a opressão da pessoa que ama e quer ser amada. Ainda com base em M. Foucault, podemos perceber essa lógica política da censura como: “afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista. Formas recentemente difíceis de conciliar. Mas é aí que é imaginada uma espécie de lógica em cadeia, que seria característica dos mecanismos de censura: liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro... A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não-manifestação e de mutismo” (*idem*, p. 82).

Uma instância social onde se pode verificar essa lógica política da censura é a família. Tradicionalmente, a “educação” sexual no âmbito familiar serve-se desse tríplice mecanismo: cabe aos pais afirmar aos filhos o que *não* lhes é permitido, impedir que os filhos falem sobre sexo e, de muitas formas (sutis ou não), negar a realidade sexual do amor. As crianças, com esse tipo de criação, chegam à adolescência e posteriormente à idade adulta, desprovidas de conhecimento adequado sobre amor-sexo. A lógica da censura reforça a desvinculação entre prática sexual e realização da pessoa, tão comum em nossos dias. Dotadas de má informação, as crianças vão crescendo incapazes de entender a exploração do amor existente na sociedade, e tornam-se presa fácil dos diversos mecanismos dos quais ela se reveste.

Em especial, a censura familiar serve para manter os papéis sexuais estereotipados, reservados ao macho e à fêmea. Desde cedo, a menina é ensinada a comportar-se de forma “recatada e passiva” no tocante ao amor; o oposto do que se espera dos meninos (cuja virilidade é ainda associada à prática de relação sexual). A lógica política da censura impede o acesso à informação plena e, conseqüentemente, à experiência humanizadora do amor eroticamente realizado. Localizando a prática sexual no âmbito do interdito, do mistério, do proibido, a censura nada faz para libertar o amor das opressões socioeconômicas; pelo contrário, reforça-as.

Restringi-me à análise da lógica política da exploração do amor no âmbito da família. O mesmo procedimento poderia ser realizado em relação a outras instâncias contemporâneas de poder, mas isto tornaria este artigo muito extenso. Como superar esta dimensão opressora? Basicamente, substituindo a censura pela informação adequada; substituindo a ignorância pelo pleno conhecimento. Ao invés de a educação sexual, na família, afirmar o que *não* é permitido, deveria afirmar *que* é não só permitido como também desejado por Deus que homem e mulher se realizem sexualmente no amor. Ao invés de impedir que se fale ampla e abertamente sobre amor-sexo, a família poderia ser o local mais privilegiado para a partilha de conhecimento (teórico e vivencial) sobre esta experiência humana libertadora, que é o amor. Enfim, ao invés de negar, desde cedo os pais deveriam revelar aos filhos a existência erótica do amor, na qual eles um dia deverão ingressar, e que lhes permitirá um ganho considerável de desenvolvimento emocional, pessoal e religioso.

Para que isto aconteça, entretanto, precisarão ser superados dois entraves, os quais trataremos mais adiante neste artigo: as lógicas ética e religiosa de exploração do amor. Estas duas lógicas são muito fortes no âmbito das Igrejas cristãs em nosso continente, e formam como que uma barreira sobre as famílias, impedindo-as (ou pelo menos dificultando-lhes) de agirem de forma libertadora na educação sexual de seus filhos.

A EXPLORAÇÃO SEXOLÓGICA DO AMOR-TÉCNICA DO PRAZER

A ciência do sexo, *sexologia*, é criação recente. Mesmo assim, à época de Cantares havia um *saber* a respeito do sexo que impedia a plena realização, especialmente da mulher, no amor-sexo: o saber sacerdotal sobre pureza/impureza (e.g. Lv 12,2s; 15,1s; etc.). Subordinando aspectos fisiológicos à codificação religiosa de pureza/impureza, a lei servia para oprimir a mulher bem como para colocar sob interdito religioso a dimensão sexual da vida humana. A absoluta ausência, em Cantares, de fala cúltica (pureza/impureza) sobre o amor, é expressão de resistência (da mulher) contra tal subordinação do amor às prescrições sacerdotais.

Sobre o aspecto religioso da exploração do amor, hoje, trataremos mais adiante. Cabe-nos, agora, apresentar uma nova lógica exploradora do amor: a sexologia. Durante boa parte da história moderna, o saber sobre o sexo estava difuso entre agentes religiosos, policiais e médicos. Entre a primeira e a segunda guerras mundiais, porém, surgiu uma ciência específica sobre o sexo, que foi assumindo papel cada vez mais importante e determinante. Uma exposição breve e elucidativa desse processo pode ser encontrada nos dois últimos capítulos do livro *Sexualidades ocidentais* (P. Ariès e A. Béjin [orgs.], Brasiliense, 1985). É nossa preocupação destacar as consequências mais visíveis desse desenvolvimento, no âmbito de uma releitura de Cantares.

Conforme A. Béjin, “o poder dos sexólogos vem de terem sabido impor sua *definição do objetivo* comum dos diferentes atos sexuais (que eles limitam, finalmente, ao orgasmo), *meios 'legítimos'* para atingir esse objetivo, e de terem feito reconhecer sua competência em matéria de *definição, correção e prevenção* das *anomalias* sexuais, entendidas como o conjunto de comportamentos que não podem chegar ao objetivo acima citado, embora o visem, ou que levem a ele por vias ilegítimas” (*op. cit.*, p. 245).

A sexologia instaurou um *saber* sobre o sexo que se pretende (e muitas vezes consegue ser) normativo. Ao estabelecer o *orgasmo* como um dever universal, subordinou o amor ao prazer sexual, e a relação sexual a uma *técnica*, um conjunto de procedimentos adequados para alcançar o orgasmo, cumprindo, assim, o dever sexual universal.

Aparentemente, o avanço científico da sexologia contribuiria decisivamente para o fim da exploração do amor. Entretanto, esse ideal não foi atingido. Embora tenha colaborado na difusão de valores importantes no tocante à sexualidade, como a igualdade de direitos de homens e mulheres com vistas à felicidade sexual: a liberdade de expressão sobre o tema de sua ciência, a tolerância à liberdade sexual dos indivíduos, a sexologia veio a se tornar uma “tecnocracia sexológica”. Como tecnocracia, instaura dois elementos novos de

opressão sexual (ainda a partir da análise de A. Béjin): o império da razão orgásmica e a submissão da vida íntima ao controle da opinião pública.

O império da razão orgásmica conduz ao dualismo amor X sexo. Sendo o orgasmo o produto de uma técnica adequada, as questões emocionais/pessoais do relacionamento homem-mulher são deixadas em segundo plano. A realização sexual passa a ser entendida não mais como realização humana entre duas pessoas que se encontram face-a-face, partilhando suas vidas e corpos. Realiza-se sexualmente a pessoa que, toda vez que buscar, conseguir atingir o orgasmo, por todos os meios sexologicamente legítimos. A legitimidade sexológica, por sua vez, não possui controles éticos, pois se pensa como conclusão empírica, científica – verdadeira, a partir de uma ótica positivista – e, portanto, autônoma e indiscutível.

Quão distante, este novo saber, do saber amoroso declamado em Cantares, um saber baseado no encontro afetivo de mulher e homem! Saber apresentado na forma de poéticas descrições da beleza do corpo e da alegria da ação erótica (e.g. 1,5–2,7; 4,1–5,1; 5,2–16). O império da razão anula a emoção estética e apaixonada da relação entre homem-mulher. Estabelecer a felicidade sexual como um alvo de vida é válido; não, porém, às custas da despersonalização dessa felicidade. O orgasmo, por mais importante que seja, não pode ser entendido como o critério da realização sexual. Além disso, como bem expressou A. Lowen, “é ilógico escrever a respeito de sexo sem discutir seu relacionamento com o amor. A pessoa sexualmente sofisticada considera sexo e amor como dois sentimentos ou sensações distintos e separados. Essa visão é uma atitude característica de pessoas neuróticas. Baseia-se num entendimento superficial dessas emoções” (*Amor e orgasmo*, Summus Editorial, p. 25).

Por sua vez, o império da razão conjugado com a publicização da vida íntima, reduzem significativamente a relação sexual. “Nessa perspectiva, o coito não é mais uma ‘comunhão’, e sim uma série de atos de comunicação entre dois quase-mônadas, atos esses que levam a dois prazeres solitários (simultâneos, se possível, para melhor ‘se anularem’ um ao outro). Não é um egoísmo nem um narcisismo a dois, e sim a conjugação de dois egoísmos em um auge. O parceiro no amor não passa, nessa lógica eminentemente humanista e igualitária, de um *catalisador de um avatar da masturbação*, isto é, ele favorece (acelera) uma reação sexual no fim da qual ele se encontra (quase) inalterado” (A. Béjin, *op. cit.*, p. 249).

A vinculação dessa nova compreensão da sexualidade com a lógica do mercado é evidente: ambas afirmam que a principal virtude humana é o *egoísmo*. Ao transformar o egoísmo em caminho de libertação individual e social, as lógicas do mercado e da sexologia expulsam o amor como prática libertadora, e instituem o império do des-amor, caricatura satânica do Reino de Deus. Nos poemas de Cantares, porém, o amor é o caminho da felicidade. O encontro plenamente humano e amoroso entre mulher e homem é o alvo desejado e alcançado pelos amantes que se pertencem e entregam mutuamente: “eu sou do meu amado, o seu desejo a mim o faz pertencer. Venha, meu amado, vamos ao campo, vamos pernoitar debaixo dos cedros, madrugar pelas vinhas. Vamos ver se a vinha floresce, se os botões estão se abrindo, se as romãzeiras vão florindo: aí lhe darei o meu amor”... (7,11-13).

A EXPLORAÇÃO ÉTICA DO AMOR: SUBORDINAÇÃO À PROCRIAÇÃO

Ao falar de lógica *ética* de opressão, não estou afirmando que não exista uma ética do amor sexual. Estou analisando uma determinada forma de “ética sexual”, cujas características não correspondem ao projeto libertador de Deus. A minha crítica dirige-se a uma ética que conduz à morte. A ética cristã, necessariamente, conduz à vida. Uma ética do amor, inspirada em Cantares, certamente seria uma ética de superação da maldição do pecado. Como demonstrou P. Tryble, Cantares pode ser lido como a contradição da maldição de Gn 2-3. O amor descrito em Cantares propõe-se à libertação do ser humano do peso da morte, é amor que conduz à vida.

Lendo Cantares como uma “sinfonia do amor”, P. Tryble destaca que: “nascidos para mutualidade e harmonia, um homem e uma mulher vivem em um jardim onde natureza e história unem-se para celebrar a ‘uma só carne’ da sexualidade... Dando testemunho da bondade da criação, então, o erotismo torna-se adoração no contexto da graça. Neste cenário, não há dominação masculina, subordinação feminina, nem estereotipação de qualquer um dos sexos” (*God and the Rhetoric of Sexuality*, p. 161). A ética fundamentada em Cantares não poderá, portanto, ser ética patriarcal, vinculada à procriação, mas uma nova ética, ética da criação, da criação de um novo ser humano, uma nova pessoa, mulher e homem novos, cujo amor será verdadeira adoração.

Faz justiça ao sentido dos poemas de Cantares negar a ética patriarcal da procriação. Como destacou Tryble, “nunca esta mulher é chamada de esposa, nem lhe é requerido que gere filhos. De fato, Cantares não toca nos assuntos de casamento e procriação. Amor, pelo amor em si mesmo, é sua mensagem, e o retrato da mulher é o que melhor delinea esta mensagem” (*op. cit.*, p. 162).

Essa ética patriarcal, tão antiga quanto as origens de Israel (e mais), continua produzindo morte. Ao analisar o crescimento da cultura brasileira, vários autores destacaram o modelo patriarcal da formação do gênero no Brasil. No modelo patriarcal, a mulher está submissa ao homem, pois é percebida como sexo inferior, fraco, pecaminoso. No âmbito da ética sexual, “esta extrema diferenciação carregava consigo um dualismo moral explícito que contribuiu para legitimar e reforçar a ordem aparentemente natural da hierarquia de gênero: à exploração da mulher pelo homem... convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado de obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino” (R.C. Parker. *Corpos, prazeres e paixões. A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Ed. Best Seller, p. 58).

A geração de filhos não é um dever – muito menos ainda se concebida como um dever “da mulher” – mas uma bênção divina, conforme a ordem da criação (Gn 1,28s). Como bênção, não pode ser reduzida a uma atividade essencial para a perpetuação da dominação da mulher pelo homem. Da mesma forma, não pode ser usada para legitimar a maldosa classificação da mulher em “boa para esposa; boa para o trabalho; boa para a cama”. Ao ser sancionada pela norma religiosa, por sua vez, a ética da dominação patriarcal torna-se ainda

mais mortal, pois não só aprofunda a negação da igualdade entre mulher e homem, como também descaracteriza a nossa compreensão acerca de Deus – transformando-o em patriarca dominador.

eticamente, a relação sexual é válida por si mesma, enquanto uma das formas de concretização do amor entre homem e mulher. Subordinar a eticidade da relação sexual à procriação é legitimar a milenar dominação patriarcal, apoiar a opressão da mulher pelo macho conquistador, repetindo o mesmo padrão da pseudo-evangelização inicial de nosso continente: conquista pela espada, oculta à sombra da cruz. No campo da ética sexual, portanto, cabe “fazer uma revisão dos pressupostos sobre os quais a Igreja tem baseado até então suas normas morais... Há dois aspectos a se ter presentes nessa tarefa: a necessidade de superar uma impostação negativa da sexualidade e a necessidade de se abrir a um diálogo em matéria de moral sexual, enquanto nesse diálogo estariam envolvidas nas propostas eclesiais oficiais o povo cristão e a grande sociedade” (M. Josan. Em busca de novos caminhos. Em: *Entre o desejo e o mistério: novos caminhos da sexualidade*, L. Ribeiro [org.], ISER, p. 62s).

Nessa mesma obra coletiva, Otto Maduro defende a necessidade de “uma ética da ternura: ternura pela criação, pela natureza física, incluindo o nosso corpo e o corpo das outras pessoas, e não só pelos passarinhos e pelas árvores, mas por toda a natureza” (p. 54). Existe melhor fonte bíblica para tal ética da ternura do que Cantares? Onde estão conjugados os temas do amor e do carinho entre homem-mulher, ser humano-natureza, criação e Deus? Há, pois, que se superar a ética patriarcal da procriação, a fim de encontrarmos a verdadeira ética cristã do amor erótico. As mulheres é que poderão nos ensinar a todos a ética da ternura, da sexualidade libertadora, mediante a qual também se restaura a imagem de Deus na humanidade, criada e projetada pelo próprio Deus como “macho e fêmea”.

A EXPLORAÇÃO RELIGIOSA DO AMOR: DESGENTALIZAÇÃO

Estamos chegando ao término de nossa re-leitura. Neste final destacamos a opressão religiosa do amor erótico: sua desgentilização. Aliada à ética patriarcal, há uma versão (dita cristã) da sexualidade que a considera como pecaminosa, fruto da condição carnal, decaída, do ser humano. Como pode tal noção resistir à força divina destas palavras: “o amor é forte como a morte, cruel como o abismo é a paixão, suas chamas são chamas de fogo, um fogo eterno. As águas da torrente jamais poderão apagar o amor, nem os rios afogá-lo” (Ct 8,6b-7a). A poetisa, inspirada, exalta o caráter divino do amor erótico, insuperável até mesmo pelos deuses mais temidos do Antigo Oriente: os deuses da morte, da destruição e do caos.

Todo o livro de Cantares expressa a sublimidade do amor erótico. Os versos acima nada mais são do que uma vibrante e contundente conclusão dessa expressão. Indicam, ao comparar o amor a deidades temidas no Antigo Oriente, a virtude, a sublimidade e a espiritualidade do amor entre homem e mulher. Superam, inclusive, a proposta sacerdotal da origem divina da diferenciação sexual da humanidade (Gn 1,26-28), pois apontam para a permanência do amor, comparável somente à estabilidade do mundo, sustentado pelo poder de Javé (cf. Sl 93,1; 96,10).

No decorrer da história das Igrejas cristãs, entretanto, uma tendência dualista foi sendo incorporada à espiritualidade. Através dessa tendência dualista negava-se o corpo e a natureza – considerados como pecaminosos. Esse dualismo, derivado de pensadores filosóficos gregos, serviu como instrumento para interpretações incorretas das antíteses bíblicas entre “carne/espírito”, “visível/invisível”. Interpretou “carne” como se fosse o corpo, e “visível” como se fosse a criação. Conseqüentemente, “espírito” era um termo que somente indicava o aspecto não corpóreo do ser humano, e “invisível” os aspectos não materiais da criação.

No tocante à espiritualidade, portanto, todos os atos do *corpo* foram colocados sob suspeita. Em especial, a sexualidade foi considerada extremamente pecaminosa. Na teologia afirmou-se que o “pecado original” era de natureza sexual. Uma pessoa espiritual era aquela que negava o corpo. A “mortificação da carne” – conceito paulino de luta contra o pecado – veio a ser entendida como negação da sexualidade e dos chamados “apetites” corporais. Um ascetismo de tipo gnóstico foi incorporado à vivência cristã, e chegou a ser extremamente valorizado em determinadas épocas da história das Igrejas.

Contra tal tendência dualista, é necessário ressaltar a plena dignidade e espiritualidade do *corpo* humano e de toda a *matéria*, criados por Deus. O pecado não se localiza no corpóreo e no material. É, sim, ato humano, da pessoa individualmente e em sociedade. Perpassa corpo e espírito, natureza e história, mundo visível e invisível. Conseqüentemente, a espiritualidade também é corpórea e material, pois é ato da pessoa humana vivificada pelo Espírito de Deus. Ser espiritual não é ser incorpóreo, mas, sim, ser dirigido e energizado pelo Espírito Santo.

O corpo humano é o agente e o fundamento material da espiritualidade. Logo, a expressão erótica do amor pode, se realizada conforme o projeto de Deus, ser expressão de intensa e madura espiritualidade. Assim entendido, o encontro erótico de duas pessoas é expressão significativa do amor gerado pelo Espírito em nós. Cabe bem, aqui, a bela percepção de A. Lowen: “o lado espiritual da vida só pode ser separado de sua dimensão concreta ao preço de se destruir a unidade e a integridade do ser total da pessoa. O ato físico do amor envolve a experiência espiritual de identificação com o parceiro e de vir a conhecê-lo. Nas línguas hebraica e grega antigas, o termo ‘coabitar’ é expresso pelo verbo ‘conhecer’. A Bíblia relata que ‘Adão conheceu Eva, sua esposa, e ela concebeu e teve Caim’. Essa escolha de palavras não é fortuita, nem tampouco pudica. Denota o íntimo relacionamento entre conhecimento e proximidade física, entre conhecer e o sentido primordial do tato, o tocar. Para conhecer (amar) um objeto, deve-se estar próximo dele. Considerado a essa luz, o ato sexual é a forma mais íntima de amar” (*Amor e orgasmo*, p. 27).

Se a sexologia des-personalizou a relação sexual, superenfatizando a dimensão genital, a espiritualidade dualista des-genitaliza o amor. Ao fazê-lo, contribuiu não somente para o empobrecimento da relação afetiva entre homens e mulheres, como também reforçou a dominação econômica e a opressão política. Se o corpo é mau, maltratá-lo é um bem. Logo, a miséria, a violência e a guerra são “bens”, pois ajudam as pessoas a se concentrarem na busca dos valores “espirituais”. Se, como cristãos, recuperarmos a dimensão espiritual do amor

erótico, estaremos dando um passo importante e decisivo na caminhada rumo à libertação e à construção do Reino de Deus na história.

CONCLUSÃO

Cantares nos convida à ampla e profunda renovação de nossos conceitos, valores e práticas eróticas. A sua exaltação do amor erótico nos chama e desafia à vivência feliz e consagrada de nossa corporeidade – tanto na relação homem-mulher, como em nossa relação com a natureza. A sua descrição do amor como encontro face a face de duas pessoas, com iguais direitos, desejos e responsabilidades, nos aponta rumos importantes na construção do novo ser humano – tão necessária para a concretização da nova sociedade.

Semelhantemente, mesmo sob o paradoxo de não mencionar Deus, o livro de Cantares nos ensina a amar eroticamente a outra pessoa – sob a inspiração do amor inefável da Pessoa-Outra, o Deus que nos criou macho e fêmea. Nas palavras de M. Josan, “resta, por fim, uma tarefa grandiosa de anunciar a sexualidade como lugar da experiência de Deus... Seria preciso resgatar a sexualidade para o eixo decisivo que a faz ser de Deus: o dinamismo de abertura, solidariedade, festa e compromisso com o *outro* em nossa vida” (*op. cit.*, p. 63).

BIBLIOGRAFIA

Muitos textos me foram úteis e provocaram questionamentos importantes que ultrapassariam os limites de um breve artigo exegético. Indico apenas os que foram citados.

ARIÈS, P. – BÉJIN, A. (orgs.). *Sexualidades ocidentais*. S. Paulo, Brasiliense, 1985.

DUSSEL, E.D. *Para uma ética da libertação latino-americana*, tomo III. Loyola/Unimep, S. Paulo, s/ data.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*, vol. 1, Rio, Graal, 1990 (10ª edição).

FRANKL, V. *The Unheard Cry for Meaning*. Nova Iorque, Simon & Schuster, 1978.

JOSAN, M. *Em busca de novos caminhos*. Em: RIBEIRO, L. (org.). *Entre o desejo e o mistério: novos caminhos da sexualidade*. Rio, ISER, 1992 (n. 42 das *Comunicações do ISER*).

LOWEN, A. *Amor e orgasmo*. Summus Editorial, S. Paulo, 1988².

MADURO, O. *Por uma ética da ternura*. Em: RIBEIRO, L. (org.), *op. cit.*

PARKER, R.G. *Corpos, prazeres e paixões. A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. S. Paulo, Best Seller, 1992².

TRYBLE, P., *God and the Rhetoric of Sexuality*. Filadélfia, Fortress Press, 1978, p. 144-165.

Júlio Paulo Tavares Zabatiero
Caixa Postal 1510
86001-970 Londrina, PR